



EXTERNATO

MARQUÊS
DE POMBAL

PROJETO EDUCATIVO



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
PREÂMBULO.....	4
ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	5
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	6
REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR E EXPECTATIVAS FACE AO FUTURO DA ESCOLA.....	11
PRINCIPIOS E VALORES QUE ORIENTAM O PROJETO.....	12
METAS E OBJECTIVOS GERAIS.....	16
OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	19
AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	21

NOTA INTRODUTÓRIA

Construir o Projeto Educativo (PE) do EXTERNATO MARQUÊS DE POMBAL é, por um lado, assumir a autonomia que lhe é reconhecida como instituição e, por outro, desenvolver um processo de identidade, fundamental para o exercício da mesma autonomia.

Construir um PE é refletir, questionar-se, identificar problemas, questionar decisões e resultados, avaliar resultados, cooperar nas soluções, mobilizar-se em torno de objetivos comuns de forma a perspetivar o futuro, tendo em vista a qualidade.

Neste sentido, o PE é um trabalho coletivo que só tem sentido e entendido como tal, visto que ele será a imagem da Escola e de toda a comunidade: daqueles que nela exercem a sua ação educativa e dos que nela recebem a sua formação.

O Projeto Educativo do Externato Marquês de Pombal é um documento orientador e em articulação com o Regulamento Interno e o Plano de Atividades, define metas a atingir, bem como princípios e estratégias a desenvolver por todos os intervenientes no sentido de construir e concretizar a sua missão.

O PE constitui-se também como um instrumento de inovação na qualidade do ensino que deve ser prestado pelo externato à comunidade que serve, tendo como referência o contexto geográfico em que está inserido.

Em relação ao presente Projeto Educativo, para os Anos Letivos 2016 a 2019, gostaríamos que este se materializasse no Projeto *Redescobrir a Escola*.

«Projeto Educativo – documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola se propõe a cumprir com a função educativa.» (in Dec-Lei 115-A/98, artº 3º)

PREÂMBULO

Em 4 de novembro de 2013 foi publicado em Diário da República o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que veio introduzir alterações substanciais à organização do ensino particular como um todo.

Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo aprovado em anexo ao decreto-lei 152/2013 de 4 de novembro pretende consagrar um modelo que rompe com o passado e abre caminho a uma nova realidade de uma autonomia.

No âmbito da autonomia concedida por este diploma é livre a transferência de Alunos entre Escolas e põe fim à figura do paralelismo pedagógico. A autonomia pedagógica atribui a cada Escola a liberdade de se organizar internamente em conformidade com o seu projeto educativo.

O Novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo alicerça-se nos princípios estruturantes que promovem a liberdade de ensino, a inerente liberdade de criação de escolas particulares, e o consequente compromisso de acompanhamento e supervisão do Estado. Aprofunda e concretiza o princípio da integração das escolas particulares na rede de oferta pública de educação, numa lógica de articulação de toda a rede de ensino, de forma a melhor atender às necessidades dos alunos.

Constitui-se como o direito de conferir às Escolas, de poderem tomar as suas próprias decisões nos domínios da oferta formativa, da gestão dos currículos, dos programas e das atividades educativas, da avaliação, orientação e acompanhamento dos Alunos, constituição das turmas, gestão de espaços, dos tempos Escolares e do seu pessoal. Desta forma, esta autonomia na vertente pedagógica e organizativa confere às Escolas a capacidade de poderem proceder à gestão reflexiva do currículo, tendo em conta o seu projeto educativo.

O Estatuto reconhece o princípio da plena autonomia das escolas particulares e cooperativas nas suas várias vertentes, em especial na da autonomia pedagógica através da consagração da flexibilidade na gestão do currículo. Permite, assim, de acordo com o respetivo projeto educativo que as escolas do ensino particular e cooperativo possam gerir, sem pôr em causa o cumprimento do número total de horas curriculares legalmente estabelecidas para cada ano, nível e modalidade de educação e ensino, uma percentagem significativa das horas definidas nas matrizes curriculares nacionais, conferindo-lhes o direito, de oferecer disciplinas de enriquecimento ou de complemento do currículo.

ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A construção de um Projeto Educativo de Escola desenvolvido “em benefício dos Alunos” pressupõe o conhecimento das características, interesses e expectativas dos mesmos; o conhecimento do contexto (interno e externo) em que se desenvolve o processo educativo; o estabelecimento de prioridades educativas e a identificação de estratégias de intervenção; a participação de todos os intervenientes: Alunos, Encarregados de Educação, Professores, Pessoal auxiliar de ação educativa e Pessoal administrativo.

Após uma reflexão conjunta da equipa constituída por Professores sobre os princípios orientadores e a metodologia a adotar na elaboração do projeto, destacamos as seguintes fases de desenvolvimento do processo de caracterização da Escola assente essencialmente em três dimensões:

- Uma dimensão descritiva dos recursos físicos e humanos, da população Escolar e do funcionamento/organização da Escola, dados recolhidos através de fichas elaboradas para o efeito e a análise das pautas do Ano Letivo em curso;
- Uma dimensão reflexiva e crítica sobre os aspetos positivos do Externato. As opiniões sobre a Escola dos diversos elementos da comunidade e as suas expectativas/sugestões de desenvolvimento, a considerar no próximo PE, obtidas através das fichas de recolha de opinião dos Professores, Alunos e Colaboradores.
- Uma dimensão projetiva, considerando as expectativas da Comunidade Educativa face ao desenvolvimento da Escola.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Neste documento focaremos apenas, e de forma sintética, os dados considerados relevantes na elaboração do Projeto Educativo.

MEIO ONDE A ESCOLA SE INSERE

A Escola encontra-se situada numa zona urbana bastante povoada de Lisboa, não tendo uma identidade *sui generis* que a individualize das restantes áreas limítrofes. Partilha dos mesmos problemas e condicionalismos, tem os mesmos anseios de desenvolvimento e progresso social; vive e participa nas iniciativas e acontecimentos que ocorrem na cidade.

É cruzada por várias vias de comunicação; trata-se, portanto, de uma zona da urbe com um fluxo de circulação de viaturas muito significativo. Debate-se também com os problemas de ordenamento urbano ligados ao crescimento acelerado verificado nos últimos anos. A falta de espaços verdes, de espaços de lazer e de atividade física, as dificuldades de estacionamento e circulação, as condições de limpeza dos espaços públicos, são preocupações sociais de relevo. O desenvolvimento demográfico e a crise de valores que lhe está associada gerou, a determinada altura, fenómenos sociais, tais como o consumismo e a toxicodependência, que atingiram sobretudo os jovens, merecendo particular atenção da Comunidade Educativa.

O Externato Marquês de Pombal insere-se na freguesia da Penha de França, zona habitada, maioritariamente, por uma população autóctone envelhecida e tradicional, mas que tem sofrido diversas alterações no que à sua população flutuante diz respeito. Com efeito, depois de uma fase de emigrantes provenientes do leste europeu e do Brasil, adveio uma emigração proveniente dos países indostânicos e da China, com pouca apetência pela inserção na sociedade portuguesa e condicionando também a inclusão educacional e social dos seus descendentes. Paralelamente, assiste-se à habitação e frequência ocasional de jovens que são bolseiros do programa Erasmus, dando uma nota mais cosmopolita a esta zona.

A ESCOLA

Nas décadas de 50 e 60 as empresas solicitam aos seus funcionários a satisfação de condições relacionadas com as suas habilitações literárias. A progressão na carreira profissional dependia da posse destas habilitações.

Os trabalhadores adultos, através das Escolas noturnas buscaram a satisfação desta exigência procurando a preparação Escolar necessária para vencerem nos exames dos diferentes graus de ensino: primário, preparatório e secundário.

Naturalmente que eram mais procuradas as Escolas que proporcionavam maior sucesso aos seus Alunos.

Os dois Professores proprietários do Externato S. Vicente, situado próximo do terminal ferroviário de Santa Apolónia, na rua do Paraíso, ampliaram esta Escola e fundaram o Externato Marquês de Pombal. O Externato Marquês de Pombal é criado em 1967 e instala-se em cinco salas de primeiro andar, na rua Carrilho Videira; passou depois, em 1971, para três pisos na rua Edith Cávell, gaveto com a rua Morais Soares, para onde se transferiu e cujas salas, laboratórios e instalações de apoio foram preparados de raiz para uma Escola.

A este Projeto de expansão, feito a partir do Externato S. Vicente, os Professores Valentim Figueiredo e Mendes Lovegrow associaram outros Professores, ampliando a sociedade por quotas a outros colaboradores que assim participam no aumento do capital social e como docentes nas várias Escolas da sociedade. A expansão para a Praça do Chile exigiu mais colaboradores a tempo integral e mais capital, do que resultou a sociedade por quotas em sociedade anónima, com a participação de mais colaboradores docentes, que eram escolhidos entre os que melhores qualidades pedagógicas e maiores qualificações profissionais evidenciavam.

Esta característica da sociedade anónima ENSINUS fez desta instituição uma “Cooperativa” especial, que esteve na base do grande sucesso alcançado pelas suas Escolas.

Até 1974, o Externato Marquês de Pombal preparou Alunos dos ensinos preparatório e liceal e também Alunos dos cursos técnicos: datilografia, contabilidade e secretariado.

A revolução de 25 de abril de 1974 alterou esta situação ao extinguir os cursos técnicos.

Nas décadas de 70, 80 e 90, o externato completa as Escolas oficiais recebendo muitas dezenas de Alunos excedentários das Escolas públicas, ampliando muito a sua atividade para o período diurno.

Hoje, a população estudantil frequentadora da Escola é constituída, essencialmente, por jovens e jovens adultos.

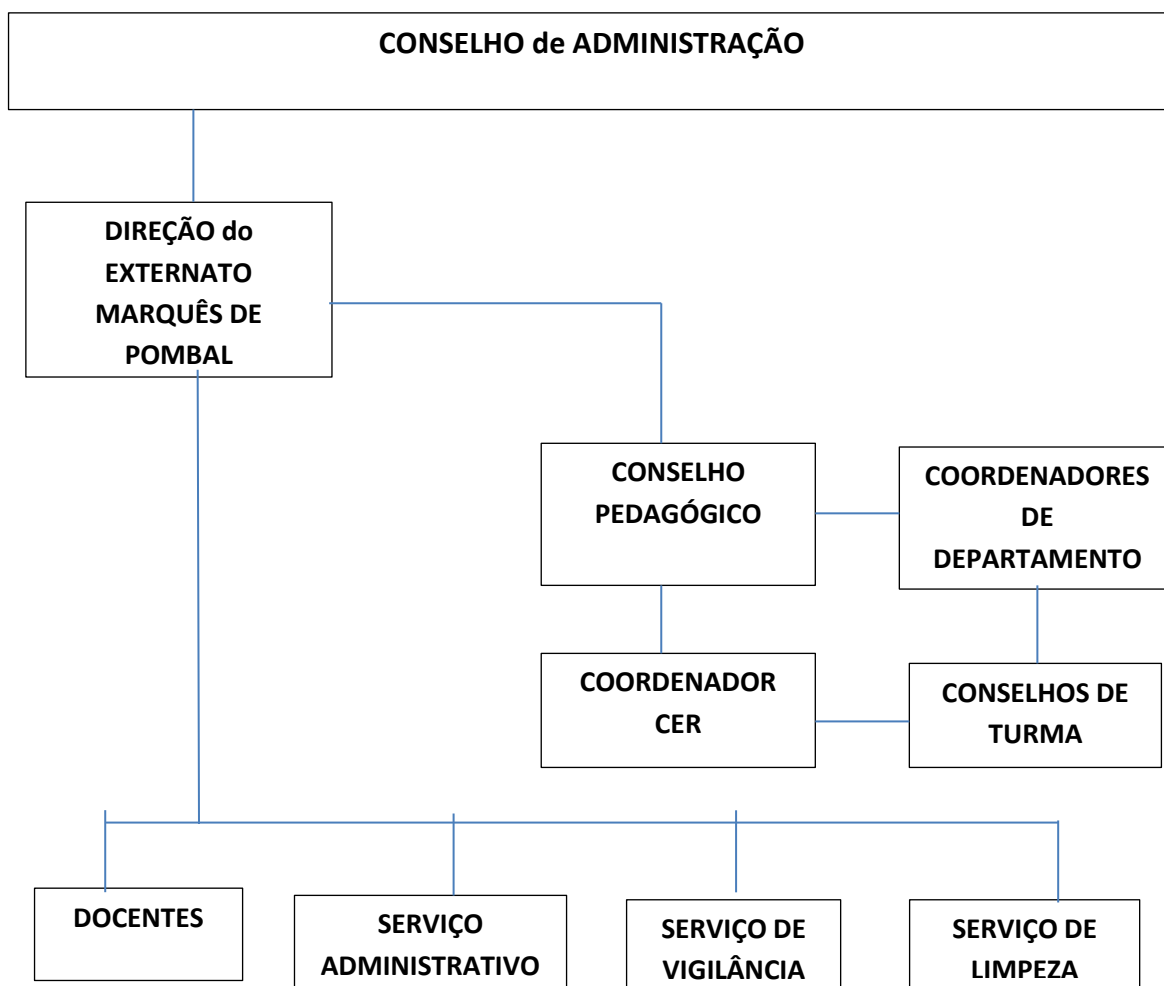
Recursos Físicos

A Escola funciona num edifício constituído por cinco pisos, possui dezoito salas de aula de características não específicas e um laboratório de Física e Química e de Biologia/Geologia, uma sala de informática, bem como uma biblioteca.

O Externato Marquês de Pombal está equipado com as seguintes estruturas:

- Serviços de Administração Escolar
- Gabinete do Diretor Pedagógico
- Gabinete de apoio à coordenação
- Reprografia
- Bar
- Sala dos Professores
- Sala do pessoal não-docente
- Arrumação de Audiovisuais

Caracterização funcional da Escola



Organização da escola

O Externato Marquês de Pombal funciona em regime de Ensino diurno e noturno, em três turnos.

	MANHÃ		TARDE *		NOITE	
	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
1º	08.30	9.30	--	--	18.00	19.00
2º	09.30	10.30	--	--	19.00	20.00
3º	10.30	11.30	--	--	20.00	21.00
4º	11.30	12.30	--	--	21.00	22.00
5º	12.30	13.30	--	--	22.00	23.00
6º	13.30	14.30	--	--	--	--

*Funcionamento das aulas de apoio à modalidade de Ensino Básico Recorrente por Unidades Capitalizáveis.

A Direção Pedagógica

À Direção Pedagógica são atribuídas as seguintes competências:

- Organizar atividades de complemento curricular de acordo com os interesses dos Alunos e recursos da Escola
- Planificar e gerir formas de complemento pedagógico no que respeita aos diversos currículos e programas de ensino
- Coordenar e gerir a implementação dos planos curriculares conforme assumidos a nível nacional.

Conselho Pedagógico

Este é o órgão de coordenação educativa da Escola assumindo funções de orientação e acompanhamento dos Alunos. Este órgão inclui:

- A Direção Pedagógica/Coordenação
- Coordenadores dos Departamentos.

Coordenador do Ensino Recorrente

Compete ao coordenador do Ensino Recorrente assegurar o cumprimento da legislação aplicável, zelar pelo funcionamento dos cursos a nível pedagógico e administrativo e ainda assegurar os procedimentos que dizem respeito ao

percurso Escolar dos Alunos que se encontram na situação de regime de frequência presencial/não-presencial.

Coordenadores de Departamento

Compete ao coordenador de cada departamento:

- Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que o integram
- Propor ao Conselho Pedagógico o desenvolvimento das componentes curriculares de forma a permitir melhorar as aprendizagens dos Alunos
- Zelar pela melhoria de qualidade das práticas educativas
- Criar áreas curriculares transversais, visando o desenvolvimento das competências dos Alunos.

Modalidades de Ensino

O Ensino Básico Recorrente tem como destinatários indivíduos maiores de quinze anos e que possuam como habilitação mínima o 2º ciclo do Ensino Básico ou habilitação equivalente. Poderão, no entanto, ser admitidos candidatos que não possuam essa habilitação, mediante avaliação diagnóstica, que tenham em conta um quadro de correspondências e de conhecimentos previamente estabelecidos de acordo com o respetivo plano curricular. (Despacho Normativo nº 269/91)

O Ensino Secundário Recorrente tem como destinatários indivíduos que já tenham feito dezoito anos e possuam como habilitação mínima, ou equivalente, o nono ano de Escolaridade, ou indivíduos com dezasseis anos, prevendo manter-se em regime presencial.

No caso de não possuírem as habilitações referidas, os candidatos poderão submeter-se a uma avaliação diagnóstica globalizante (entrevista e prova escrita a realizar em Setembro de cada ano, mediante inscrição em julho e agosto) cujos resultados determinarão se os Alunos têm os pré-requisitos necessários à frequência do ensino secundário.

Se, ao contrário, possuírem mais habilitações, os candidatos poderão solicitar o posicionamento em cada disciplina através de um processo direto de equivalências.

Pessoal Docente e Não Docente

O corpo docente da Escola pode considerar-se experiente e conhecedor do Externato, visto que a grande maioria tem experiência profissional superior a cinco anos. A maioria do pessoal docente, dezoito elementos, é constituído por Professores prestadores de serviço embora, atendendo ao anteriormente exposto, dois deles fazendo parte dos quadros da Escola.

O pessoal não docente representa um contributo imprescindível ao bom funcionamento do externato. Estes funcionários possuem experiência profissional, possuindo habilitações literárias suficientes para o desempenho das suas funções.

REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR E EXPECTATIVAS FACE AO FUTURO DA ESCOLA

Opinião dos elementos da Comunidade Educativa sobre a Escola

ALUNOS / PROFESSORES / FUNCIONÁRIOS	
ASPETOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none">➤ Bom ambiente➤ Instalações➤ Bom clima de trabalho➤ Qualificação do pessoal docente➤ Instalações/equipamentos da Escola
ASPETOS NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none">➤ Falta de espaços desportivos➤ Pouco envolvimento dos Alunos na vida da Escola➤ Dificuldades de comunicação entre os elementos da comunidade

PRINCÍPIOS E VALORES QUE ORIENTAM O PROJETO

Sendo a Escola o espaço onde se operam todas as mudanças preconizadas pelo Sistema Educativo e consignadas através de leis fundamentais, não é possível que o Projeto de Escola esqueça os grandes princípios e finalidades do Sistema e da sua lei fundamental – a Lei de Bases do Sistema Educativo – que traduzem os valores orientadores de uma sociedade.

Esse projeto deve refletir a forma que cada Escola encontra no processo de concretização dessas finalidades e princípios, conferindo-lhe, assim, uma identidade própria.

Nesse sentido, os princípios e finalidades de um projeto de Escola não só não podem contrariar os princípios da lei geral, como devem ser um instrumento personalizado dos princípios decretados pela referida lei. Deste modo, destacamos da Lei de Bases do Sistema Educativo os princípios gerais e objetivos considerados como fundamentais, tendo em vista a elaboração do presente documento.

O Sistema Educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana no trabalho (Artigo 2 - ponto 4).

A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva (Artigo 2 – ponto 5).

A Lei de Bases considera que o Sistema Educativo se organiza de forma a:

- a) Assegurar a formação moral e cívica;
- b) Assegurar a formação para o trabalho (em consonância com os interesses, capacidades e vocação de cada um);
- c) Descentralizar, desconcentrar, diversificar as estruturas e ações educativas;
- d) Desenvolver a participação das populações nas ações educativas, nomeadamente dos Alunos, docentes e famílias, na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema Escolar e na experiência pedagógica quotidiana;

- e) Promover a correção das assimetrias regionais no que respeita aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- f) Assegurar a existência de uma Escolaridade de segunda oportunidade;
- g) Assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

São **objetivos do Ensino Básico** (L.B.S.E, Artigo 7º):

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidades de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e de sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente interrelacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura Escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diferentes formas de expressão nestes domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portugueses;
- h) Proporcionar aos Alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e socio-afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar aos jovens com necessidades educativas específicas, devidas designadamente a deficiências físicas e mentais, condições

- adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- k) Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimento;
 - l) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
 - m) Proporcionar em liberdade de consciência a aquisição de noções de educação cívica e moral;
 - n) Criar condições de promoção do sucesso Escolar e educativo a todos os Alunos.

São objetivos do Ensino Secundário:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado, assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Fomentar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, o apreço pelos valores permanentes da sociedade em geral e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do país e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica, com vista à entrada no mundo de trabalho;
- f) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança;

Subjacente a estes princípios e objetivos está um ideal de cidadão: livre, responsável, autónomo, solidário, com espírito crítico, defendendo os princípios de vivência democrática, respeitando os outros e a si próprio, aceitando e respeitando as diferenças de ideias e culturas, aberto ao diálogo e à tolerância. É o indivíduo completo no campo moral, cívico, estético, na vida profissional e pessoal.

Perante tão exigente função como a de formar cidadãos que correspondam a este perfil e respondam às necessidades sociais das próximas décadas, a Escola terá que responder necessariamente a esta pergunta: o que temos feito até aqui e o que queremos fazer de futuro para formar cidadãos com este perfil?

“Promover uma cultura de liberdade, participação, reflexão, qualidade e avaliação, que realce a responsabilidade de cada um no processo de mudança social.

Desenvolver atitudes de responsabilização pessoal e social dos Alunos na construção dos seus itinerários e Projetos de vida, sob uma perspetiva de formação para a cidadania participada e para a aprendizagem ao longo da vida.

Promover a orientação Escolar e profissional dos Alunos, relacionando os Projetos desenvolvidos com os seus contextos de trabalho e as saídas profissionais.” (in: *Revisão Curricular do Ensino secundário, 2000*).

Nesta conjuntura educativa, a *interdisciplinaridade* assume um papel primordial a ser cultivado e posto em prática nas atividades de Alunos e Professores, no sentido de desenvolver competências associadas em que é fundamental a metodologia do trabalho de projeto.

Uma Escola de **rigor e qualidade**, desígnio que traçamos, dependerá, em muito, da pertinência e adequação do *Projeto Educativo* que for capaz de realizar. A autonomia da Escola poderá ser a mola impulsionadora para a criação de planos interventivos que deem verdadeira resposta à necessidade de contextos de formação diferenciados, ajustando o ambiente Escolar ao perfil de Alunos específicos, diferenciando-se da massa anónima dos “armazéns de jovens”. Há que contar com Professores e funcionários dedicados, interventivos, abertos ao diálogo, competentes e criativos, solidários com toda a Comunidade Educativa. Para tal, a definição rigorosa de atribuições deverá ser uma constante, para que se estabeleça uma comunicação transparente dentro de uma gestão responsável e representativa, pela via da participação construtiva Escolar em que nos inserimos.

Para esta dinâmica educativa, pressupõe-se a convergência das diferentes dimensões do perfil geral do desempenho profissional do educador apontado pelo Decreto-lei nº 240/2001 de 30 de agosto: a **dimensão profissional, social e ética**, - porque fomenta o desenvolvimento da autonomia dos Alunos, identifica e respeita as diferenças culturais pela valorização dos diferentes

saberes, manifesta capacidade relacional e equilíbrio afetivo e assume as vertentes cívica e formativa das suas funções; **a dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem** – porque, entre outros, utiliza de forma integrada saberes próprios da sua especialidade e saberes transversais e multidisciplinares adequados, com critério de rigor científico e metodológico, no quadro de uma relação pedagógica de qualidade; **a dimensão de participação na Escola e de relação com a comunidade** – porque colabora com todos os intervenientes no processo educativo, participa no desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo da Escola e dos respetivos Projetos curriculares, bem como nas atividades de administração e gestão e valoriza a Escola enquanto polo de desenvolvimento cultural e social; **a dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida** – porque reflete sobre as suas práticas apoiando-se na experiência e na investigação e perspetiva um trabalho de equipa com fator de enriquecimento da sua atividade profissional, partilhando saberes e experiências.

METAS E OBJETIVOS GERAIS

A necessidade de concertar princípios e conceitos, planificar ações e concretizar planos ditou a urgência de se identificarem com as metas e objetivos gerais para os próximos três anos.

Entenderam-se as metas e objetivos gerais delas decorrentes como abrangentes, e decorrentes da pergunta “que Escola queremos fazer?”.

Neste período, o Projeto Educativo deverá, então, estruturar-se, considerando as seguintes metas:

- a) Criação de um clima de Escola rigorosa e exigente na construção das suas práticas educativas, fomentando-se as relações interpessoais e um trabalho de equipa motivador da partilha de experiências;
- b) Análise do processo de avaliação dos Alunos nas suas diferentes modalidades, à luz das orientações metodológicas subjacentes à revisão curricular e, também, às atuais discrepâncias entre a sua classificação interna e externa da Escola;
- c) Rentabilização dos recursos humanos, pedagógico-didáticos, materiais e financeiros que constituem o património desta Escola e poderão contribuir para uma maior identidade da mesma;
- d) Corresponsabilização dos Pais e Encarregados de Educação na assiduidade e no sucesso dos Alunos, quando menores de idade.

Assim, a sua conceção e implementação terá em conta os seguintes **princípios**:

- a) Só uma Escola interventiva de rigor e qualidade poderá contribuir para uma sociedade, embora competitiva, mais justa e solidária;
- b) A Escola deverá estar atenta e permeável à evolução científica, tecnológica e cultural;
- c) Toda a Comunidade Educativa deve, em conjunto, colaborar na concretização do desenvolvimento global dos jovens;
- d) Na relação pedagógica dever-se-á dar um espaço relevante à dimensão afetiva;
- e) A igualdade de oportunidades e o sucesso Escolar não são compatíveis com o absentismo; cabe à Escola criar mecanismos que o desmotivem;
- f) Dever-se-á criar sintonia na articulação da Escola com a sociedade;
- g) As formações deverão ser relevantes e diversas a fim de permitir uma efetiva igualdade de oportunidades;
- h) O curso secundário deverá proporcionar aos jovens uma formação e educação sólidas, que valham por si próprias;
- i) O reconhecimento do mérito incentiva a competência profissional; assim, a Escola deverá criar meios para publicamente expressar esse reconhecimento nos diferentes setores das aprendizagens;
- j) A auto e heteroavaliação deverão constituir preocupação da Comunidade Educativa, tendo em vista a rentabilização dos recursos humanos e materiais.

OBJETIVOS

- a) Promover aprendizagens sólidas e conscientes e preparar os jovens para futuras escolhas na vida;
- b) Cultivar o espírito de cooperação na partilha de experiências, realizações e Projetos, dentro de uma dimensão interativa;
- c) Realizar atividades interdisciplinares, devidamente coordenadas, enquadradas numa perspetiva global;
- d) Valorizar a afetividade, o respeito e a dignidade a fim de promover as relações interpessoais e a auto-imagem;
- e) Criar condições pedagógicas e de avaliação que permitam aos Alunos a consecução dos seus objetivos educacionais;
- f) Educar para um ideal crítico e ativo de cidadania;
- g) Preparar os jovens, através de uma assumida e correta abordagem da sexualidade, para recusarem atitudes de violência e de desrespeito ou as que promovam relações de dominação e exploração;

- h) Consciencializar toda a Comunidade Educativa para a necessidade de responder, em situações adversas, com valores de paz e serenidade;
- i) Proporcionar formação cívica e profissional ao pessoal docente e não docente;
- j) Valorizar a formação inicial de Professores;
- k) Promover a melhoria da imagem da Escola.

ESTRATÉGIAS

- a) Realizar um efetivo trabalho de equipa nos grupos disciplinares e pluridisciplinares, visando a partilha de experiências;
- b) Promover o espírito de cooperação em sessões de grupos alargados;
- c) Proporcionar uma sólida formação inicial de docentes, como a melhor preparação para a mudança;
- d) Promover uma integração harmoniosa de todos os Alunos, valorizando a diversidade cultural;
- e) Visar a formação de autonomia do aluno na organização das suas aprendizagens com conteúdos e estratégias devidamente articulados e integrados;
- f) Estimular a dinâmica dos conselhos de Turma na organização de Projetos de interdisciplinaridade credíveis, de acordo com os interesses e a especificidade da turma;
- g) Praticar a avaliação de diagnóstico e a avaliação formativa como vetor essencial de melhoria das aprendizagens;
- h) Integrar a avaliação no percurso organizativo e evolutivo da aquisição de competências;
- i) Utilizar diversidade de instrumentos de avaliação numa perspetiva criterial;
- j) Dinamizar e integrar o contributo dos Pais e Encarregados de Educação na promoção da assiduidade e do sucesso dos Alunos;
- k) Criar meios de combate a todas as formas de dependência;
- l) Organizar campanhas de limpeza, educação e civismo ambiental;
- m) Ajudar os Alunos a criar hábitos e competências de estudo, com o contributo dos Professores;
- n) Praticar uma comunicação ajustada entre os diversos órgãos de gestão da Escola e a Comunidade Educativa;
- o) Dar a conhecer, no início do Ano Letivo, aos Alunos e a toda a Comunidade Educativa o Regulamento Interno da Escola e sensibilizar para o seu cumprimento;

- p) Divulgar e promover a discussão de legislação considerada fundamental para o desempenho profissional.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

ESPAÇO	INTEGRACIONAL	INTERRELACIONAL
CIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Experiências interativas: Colóquios e mesas redondas temáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Aulas práticas de laboratório Pesquisa temática
LEITURA	<ul style="list-style-type: none"> Contar um conto Representação Pesquisas bibliográficas Colóquios e mesas redondas 	<ul style="list-style-type: none"> Teatro/Cinema Temas mundiais
LÚDICO	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de cartazes Publicitação de eventos relacionados com assuntos científicos 	<ul style="list-style-type: none"> Jogos de Matemática Jogos de xadrez Jogos de damas <i>Quizz</i>
EXPOSIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas realizadas da Escola para a Escola ou da Escola para a comunidade Palestras, sessões científicas, históricas e literárias 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha de hábitos e estilos de vida saudáveis Campanha de Higiene e Segurança Comemorações de Dias Mundiais Figuras célebres
INTERDISCIPLINAR	<ul style="list-style-type: none"> Visitas de estudo temáticas Projetos interdisciplinares 	<ul style="list-style-type: none"> Visita a Museus Visita a exposições temporárias

Neste âmbito e com vista a desenvolver o Projeto Educativo, a Comunidade Educativa deve:

- a) Promover de forma regular atividades coerentes com os objetivos definidos, que ampliem os benefícios educativos, se possível numa perspetiva de interdisciplinaridade;
- b) Sensibilizar os Alunos para a defesa do ambiente, para a prática de atividade física, para uma alimentação saudável e educar para a sexualidade;
- c) Promover atividades que permitam a aquisição de métodos e técnicas de estudo: “aprender a aprender”;
- d) Criar condições que possibilitem a realização de atividades lúdicas de ocupação de tempos livres, que constituam um desafio cognitivo, estético e ético;
- e) Incentivar programas de informação/formação e espaços de diálogo para assuntos de interesse da Comunidade Educativa;
- f) Desenvolver programas próprios que estimulem a participação dos Professores, Alunos, funcionários, pais e encarregados de educação na vida da Escola;
- g) Desenvolver tarefas/projetos com a participação ativa dos pais/encarregados de educação;
- h) Desenvolver projetos em articulação com os serviços culturais e sociais da comunidade;
- i) Desenvolver e instituir formas de comunicação regular com a comunidade;
- j) Desenvolver iniciativas que progressivamente se constituam como elementos identificativos da Escola;
- k) Promover o respeito pela diferença de saberes e culturas, proporcionando aos Alunos experiências que promovam a sensibilidade aos problemas locais, regionais, nacionais, europeus e internacionais;
- l) Contribuir para a realização pessoal dos Alunos, possibilitando-lhes o pleno desenvolvimento físico e da personalidade;
- m) Proporcionar aos Alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e socio afetiva;
- n) Contribuir para a formação de atitudes de autonomia.

AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Segundo Obin e Cros (1991), o Projeto Educativo da Escola desempenha quatro funções reguladoras;

- Garante a “federação dos Projetos e ações”, coligando e coordenando as iniciativas internas que frequentemente coexistem, ignorando-se mutuamente e sem coerência de conjunto;
- Promove a “mobilização em torno de uma identidade”, apoiando-se nos traços específicos que exprimem a identidade da Escola e fazendo da diversidade o fator positivo que permite reforçar os pontos fortes, os quais, por seu turno, sustentarão a abordagem dos pontos fracos;
- Facilita a negociação, por constituir um instrumento de diálogo com a comunidade, a administração e os parceiros sociais;
- Obriga à “planificação” definindo prioridades e fazendo uma programação de iniciativas que permite dirigir – e não “sofrer” a mudança (Le Projet d’Établissement, *in* Monitorização das Escolas, ME-GEP, 1992).

A assunção do PE como instrumento de mudança não dispensa um processo avaliativo que nos permite ajuizar da sua coerência com os objetivos e as finalidades da educação, a pertinência das ações nele inscritas e da sua eficácia face aos efeitos desejados.

Assim, a avaliação do PE deve, em nosso entender, contemplar duas dimensões: o desenvolvimento do próprio projeto e os resultados alcançados.

A avaliação do processo, a realizar anualmente e por todos os órgãos, deverá fornecer informações, sob a forma do relatório sobre a concretização do Plano de Atividades (PA), focando entre outros:

- A realização das atividades previstas e não previstas e participantes envolvidos;
- O grau de pertinência face aos objetivos do PE, bem como o grau de consecução desses objetivos;
- A apresentação de sugestões para a próxima etapa de desenvolvimento do PE.

Este PEE, embora tenha uma avaliação anual, deve no final do triénio ter em vista uma avaliação global, de forma a melhorar a qualidade do ensino e o seu bom funcionamento.

Os relatórios dos planos de atividades deverão ser analisados, com o propósito de regular o processo, estabelecer prioridades de desenvolvimento do Projeto, ajustando e adequando as iniciativas dos diversos intervenientes aos objetivos do PE.

A avaliação dos resultados do PE será apresentada no final do Ano Letivo 2018/2019,

Obriga à construção de um sistema de avaliação, com a definição de critérios e indicadores específicos para a avaliação dos objetivos, bem como dos instrumentos de recolha de informação.

O processo de avaliação dos efeitos produzidos pelo PE na qualidade do processo educativo e do funcionamento da Escola não deve confundir-se com o sistema de monitorização de desempenho da mesma, previsto no próprio projeto.

O PEE deverá ser divulgado a toda a Comunidade Educativa e estar disponível para consulta no Gabinete da Direção da Escola, nos Departamentos, nos Serviços de Administração Escolar, no site, bem como noutras formas de divulgação.

Este PEE é válido para o triénio de 2016 a 2019 e entra em vigor após a sua aprovação em Conselho Pedagógico.

O Conselho de Administração

A Diretora Pedagógica